

O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL INFANTIL: O papel da família e da escola frente a esse processo

Debora Gomes Soares¹; Fernanda Ferreira dos Santos de Araújo¹; Jane Vasconcelos Menezes^{2,5}; Anátiele Paula de Souza^{3,5}; André Masao Peres Tokuda^{4,5*}

¹ Graduanda em Psicologia – Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Esp. em Psicodrama – GAYA; ³ Psicóloga – FEPI/Centro Universitário Itajubá, Esp. em Psicopedagogia – Universidade Candido Mendes; ⁴ Doutor em Psicologia – UNESP, ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

*autor correspondente: andremasao@hotmail.com

RESUMO

O desenvolvimento socioemocional infantil é um tema de grande importância no contexto da Psicologia. Envolve diversas habilidades essenciais para o crescimento e formação da criança, como a capacidade de se relacionar, gerenciar emoções, lidar com conflitos e tomar decisões. Nesse sentido, tanto a família quanto a escola desempenham papéis fundamentais no auxílio desse processo. A família, como o primeiro ambiente social da criança, exerce considerável influência no desenvolvimento socioemocional. Cabe a ela proporcionar um ambiente seguro, afetuoso e estimulante, que permita à criança explorar suas emoções, desenvolver habilidades sociais e aprender a lidar com conflitos de forma saudável. É importante que os pais sejam modelos de comportamentos socioemocionais adequados, transmitindo valores e princípios que contribuam para o desenvolvimento da criança nessa área. Já a escola, por sua vez, configura-se como um ambiente propício para a convivência com outras pessoas e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Diante dessa importância, o presente artigo teve como objetivo investigar como a família e a escola influenciaram no desenvolvimento socioemocional infantil, analisar as práticas adotadas por esses dois ambientes em relação a esse processo e identificar as principais dificuldades encontradas por famílias e educadores nesse contexto. A pesquisa buscou, assim, contribuir para um melhor entendimento sobre o papel da família e da escola nesse processo e para a elaboração de estratégias efetivas que auxiliassem no desenvolvimento socioemocional infantil. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico utilizando publicações eletrônicas nacionais e internacionais localizadas em sites ou revistas e plataformas *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC). Esperou-se, portanto, que os resultados dessa pesquisa pudessem fornecer subsídios para a promoção de um desenvolvimento socioemocional saudável nas crianças, auxiliando tanto as famílias quanto às escolas nesse processo. Através de uma compreensão mais aprofundada sobre a importância e a influência desses dois ambientes, foi possível criar estratégias e programas mais eficazes para o desenvolvimento socioemocional infantil, contribuindo para o bem-estar e o sucesso futuro das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento socioemocional infantil; escola; família.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioemocio-

nal infantil é um tema de grande importância, pois envolve diversos aspectos fundamentais para o cresci-

mento e formação da criança. Essa área abrange habilidades como a capacidade de se relacionar com outras pessoas, gerenciar emoções, lidar com conflitos e tomar decisões.

A família e a escola exercem papéis essenciais no processo de auxílio ao desenvolvimento socioemocional infantil. A família desempenha tal responsabilidade por se constituir como o primeiro ambiente social da criança, portanto, detém considerável influência nesse âmbito. Por outro lado, a escola configura-se como um espaço propício para a convivência com outras pessoas, bem como para o desenvolvimento de habilidades relevantes, a exemplo do trabalho em equipe e da cooperação.

Ao se considerar o referido contexto, a fundamentação para a realização de um estudo acerca do assunto reside na relevância do desenvolvimento socioemocional infantil no que se refere à formação da criança e, por conseguinte, à sua perspectiva futura. Sendo assim, é imperativo compreender o papel desempenhado pela família e pela instituição escolar no sentido de viabilizar tal processo de forma eficaz.

Os objetivos da pesquisa são investigar como a família e a escola influenciam no desenvolvimento socioemocional infantil; analisar as práticas adotadas por esses dois ambientes em relação a esse processo; identificar as principais dificuldades encontradas por famílias e educadores em relação ao desenvolvimento socioemocional infantil. Portanto, espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para um melhor entendimento sobre o papel da família e da escola no desenvolvimento socioemocional infantil, bem como para a elaboração de estratégias efetivas que auxiliem nesse processo.

2 CONCEPÇÕES DA INFÂNCIA

A fase inicial da vida humana é

conhecida como infância, onde ocorre o início do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comportamental. É um período marcado pelos primeiros aprendizados e descobertas. Desde tempos antigos, muitos filósofos têm tentado compreender o significado da infância com diferentes interpretações sobre essa fase da vida (ARIÈS, 2018).

Ariès (2018) segue afirmando que a infância é uma fase crucial para o desenvolvimento humano, na qual as crianças passam por grandes transformações físicas, cognitivas e sociais. Para ele, as interações sociais e a cultura são aspectos essenciais no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

O autor Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) defende que as crianças não aprendem apenas por meio da observação e imitação, mas principalmente por meio da interação com outras pessoas mais experientes e com a cultura em que estão inseridas, pois o aprendizado é um processo social, e não individual (VYGOTSKY, 1991).

Ademais, Vygotsky (1991) destaca a importância da linguagem na aprendizagem e desenvolvimento infantil. Para ele, a linguagem, além de ser um meio de comunicação, é também uma ferramenta para pensar e compreender o mundo ao redor. Ele afirma que a linguagem não é simplesmente uma ferramenta para transmitir pensamentos, mas é a própria substância do pensamento. Dessa forma, ele entende que a infância é uma fase de grande importância no processo de formação do indivíduo, pois é nesse período que se estabelecem as bases para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Segundo ele, a infância é uma época de grandes mudanças em todos os aspectos da vida mental, e o desenvolvimento infantil é um processo contínuo que se estende por toda a vida.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2001), existem duas concepções sobre

a infância, a primeira, que caracteriza a criança como um ser inocente; e a segunda, que considera que a criança possui particularidades, mas que a inocência e bondade não são características essenciais.

Até o século XVI, a criança é considerada como um pequeno adulto e é abandonada pela sociedade e pela família, sem pertencer a nenhum grupo social e sem acesso à saúde ou disciplina. Conforme Ariès (2018), na Idade Média, não há sentimento em relação à infância, que corresponde à consciência da particularidade infantil. Assim, a criança sem a atenção constante de sua mãe ou ama, se junta à sociedade dos adultos sem distinção.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2001), a criança obtém conhecimento a partir de duas teorias distintas, o empirismo e o racionalismo. Enquanto o empirismo considera a criança como um ser incompleto, cuja mente é uma página em branco e o conhecimento é adquirido pela experiência, o racionalismo a vê como pré-adultos que fazem uso da razão. Com isso, o pensamento moderno enxerga a criança como um objeto passivo, uma miniatura do adulto.

Entre os séculos XVI e XVII, as famílias começam a se interessar pela educação infantil, e surge assim a “família moderna”. A partir disso, começa a haver um cuidado e afeto especial com as crianças, que passam a ser vistas como membros do núcleo familiar (ANDRADE, 2010).

No século XVI, a temática da infância desperta interesse em muitos pesquisadores, especialmente com o surgimento das instituições infantis e a transferência do papel de ensinar da família para a escola. Andrade (2010) aponta que esse contexto histórico é marcado por mudanças na organização da família, que passa a adotar o modelo nuclear, e pelo desenvolvimento de teorias sobre a natureza da criança, que é vista como inocente e inclinada ao mal

comportamento.

A partir do século XVIII, porém, as crianças começam a ser reconhecidas em suas particularidades e a ocupar um espaço maior na sociedade. Oliveira (2021) afirma que elas passam a ser vistas como seres sociais, com características e necessidades próprias, e assumem seu papel nas relações familiares e sociais.

No século XIX, a infância começa a ser vista como uma fase importante e distinta na vida das pessoas. Enquanto antes, as crianças são consideradas como mini adultos, agora as pessoas começam a reconhecer que elas têm necessidades e características próprias. A ideia da infância como uma fase distinta é uma invenção moderna, que surge juntamente com a ideia de família nuclear e a ascensão da burguesia, em que as crianças são gradualmente separadas do mundo dos adultos e levadas para um mundo próprio (ARIÈS, 2018).

No século XX, a compreensão da infância continua a evoluir. Um movimento importante é o da pedagogia, que se concentra em entender como as crianças aprendem e podem ser ensinadas de forma mais eficaz. O pesquisador suíço Jean Piaget desenvolve a teoria da construção do conhecimento, que argumenta que as crianças constroem seu conhecimento por meio da interação com o ambiente (ARIÈS, 2018).

Uma das principais mudanças na compreensão da infância no século XX é a crescente conscientização dos direitos das crianças. Em 1959, a Declaração dos Direitos da Criança é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança é adotada. Esses documentos afirmam que as crianças têm o direito a um padrão de vida adequado, à educação, à saúde e ao bem-estar, além de proteção contra violência e exploração (OLIVEIRA, 2021). Deste modo,

as concepções da infância passam por muitas mudanças nos séculos XIX e XX, desde a ideia da infância como mini adultos até a compreensão atual da infância como uma fase distinta na vida humana, com necessidades e direitos próprios. Essas mudanças refletem a evolução da sociedade e da cultura, bem como as pesquisas e teorias em áreas como pedagogia e psicologia (OLIVEIRA, 2021). No século XXI, a visão é de que as crianças são seres plenos, e a educação deve considerar suas diferenças e estimular sua criatividade e imaginação (ARIËS, 2018).

De acordo com Oliveira (2021), a infância não é uma experiência única, mas sim múltiplas experiências, pois cada criança vivencia de forma distinta. Isso pode ser exemplificado pela diferença entre a infância no meio rural e na cidade. No campo, geralmente é mais breve, já que os filhos costumam ajudar cedo seus pais, enquanto nas cidades, as crianças desfrutam de sua infância por mais tempo, embora nem sempre tenham o mesmo espaço para brincar como no campo. Deste modo, as crianças vivem de formas diversas, dependendo da época, cultura e classe social, pois elas não são excluídas, mas o seu status e posição são construídos de maneiras diferentes, de acordo com o lugar e momento.

2.1 A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na teoria de L. S. Vygotsky

A busca para entender a aprendizagem humana remonta a muitos anos. Vários pesquisadores têm realizado pesquisas na tentativa de entender e explicar as variáveis envolvidas na aprendizagem e seu desenvolvimento. A partir desses estudos, diferentes conceitos surgem para buscar compreender como o ser humano estrutura seu processo de aprendizagem.

Lev Semenovich Vygotsky é um

psicólogo bielorrusso (1896-1934) que realiza diversos estudos no campo do desenvolvimento da aprendizagem e do protagonismo das relações sociais nesse processo, e é pioneiro na perspectiva social interacionista da aprendizagem (PALANGANA, 1998).

A formulação de Vygotsky permite melhor compreensão do pensamento como uma função cerebral ao enfatizar o processo pelo qual as crianças se apropriam do conhecimento cultural. Sua pesquisa que envolve discussões sobre a relação entre pensamento e linguagem, questões de mediação cultural na construção do significado pessoal, processos de internalização e o papel das escolas na transmissão do conhecimento, tem um impacto poderoso na linguagem, mente, cognição, cultura e pesquisa do pensamento humano (PALANGANA, 1998).

Vygotsky se dedica ao entendimento das funções mentais superiores ao estudar processos que envolvem memória, atenção, imaginação, planejamento, ação intencional, representação simbólica, pensamento abstrato, resolução de problemas, formação de conceitos e linguagem. Esse funcionamento humano se origina nas relações dos indivíduos em seus contextos sociais e culturais. Nesse processo, o homem também forma sua personalidade. “O funcionamento mental superior humano resulta da interação de fatores biológicos, que fazem parte da constituição física do *Homo sapiens*, e fatores culturais que têm evoluído ao longo de dezenas de milhares de anos da história humana” (LURIA, 1992, p. 60).

Vygotsky (2007) também argumenta que características humanas específicas não são inatas, mas desenvolvidas ao longo da vida. Para ele, a interiorização de atividades com raízes sociais e desenvolvimento histórico constitui um aspecto característico da psicologia humana. Até agora,

apenas os contornos desse processo são conhecidos. Portanto, afirma que a aprendizagem humana pressupõe certas qualidades e processos sociais pelos quais a criança penetra na vida intelectual daqueles que a cercam. A formulação de Vygotsky permite observar a presença de duas características distintas na educação formal, a sistematização do conhecimento e a interação com os pares. Assim, um dos legados de Vygotsky para a educação é a noção de zonas de desenvolvimento real, próximo e potencial. Com base nesses conceitos, pode-se concluir que a integração social do sujeito, sua interação com os outros, interfere significativamente no desenvolvimento intelectual intimamente relacionado à aprendizagem (VYGOTSKY, 1991).

Segundo Vygotsky (1991), a verdadeira zona de desenvolvimento refere-se ao nível do funcionamento mental de uma criança, estabelecido como resultado de certos ciclos que são concluídos.

Além das características do desenvolvimento, também é importante que as escolas considerem os conhecimentos já adquiridos pela criança. A zona de desenvolvimento potencial se refere ao que o sujeito pode aprender de outra pessoa com maior nível de aprendizagem. A zona de desenvolvimento proximal refere-se ao espaço entre o que a criança já tem e o que ela precisa construir, ou seja, funções que ainda estão em processo de maturação. Esta é uma área da mente em constante mudança em que as crianças se desenvolvem com a ajuda de outras crianças e adultos mais experientes. O conceito de zona de desenvolvimento proximal sugere que, com a ajuda de outras pessoas, uma criança é capaz de produzir mais do que poderia produzir sozinha (PALANGANA, 1998).

Palangana (1998) aponta o potencial da criança para enfrentar possi-

bilidades não realizadas e enfatiza a importância da mediação para a construção do conhecimento e desenvolvimento das relações sociais. Cada novo aprendizado que a criança consegue fazer torna-se conhecimento atual e aumenta sua capacidade de aprender coisas novas. Assim, torna-se mais aceitável a capacidade da criança de realizar coisas antes inalcançáveis, mesmo com a ajuda de outras pessoas. Ela pode começar a fazer com ajuda e, até que o aprendizado seja concluído, pode executar sozinha (PALANGANA, 1998). Nessa perspectiva, o professor tem papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois pode proporcionar diferentes modos de interação e construção do conhecimento. Vygotsky (1991) critica a aprendizagem orientada para o nível de desenvolvimento que a criança já tem alcançado por tornar o esforço educativo ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança. Ele acrescenta que o conceito de zona de desenvolvimento próximo propõe que o “bom aprendizado” pode promover o desenvolvimento. Portanto, é necessário entender o desenvolvimento como um processo dinâmico de aprendizagem que envolve ir e vir, elaboração e reelaboração, em que a aprendizagem estimula processos de desenvolvimento que, por sua vez, estimula processos internos; eles se tornam aquisições independentes de conhecimento (PIOVESAN, 2018).

Outro aspecto importante da teoria de Vygotsky é a ideia de mediação. As relações sociais humanas são reguladas por ferramentas e símbolos desenvolvidos culturalmente pelos próprios humanos. O desenvolvimento da linguagem, ferramenta de comunicação e síntese do conhecimento, marca qualitativamente a evolução das espécies e dos indivíduos (PIOVESAN, 2018).

A mediação ocorre no processo

simbólico de representação mental (capacidade de formar relações mentais sem referências específicas) e no contexto social (internalização de formas de comportamento culturalmente estabelecidas em uma mudança no processo de atividades externas, interpessoais, funções internas e atividades psicológicas internas) (PIOVESAN, 2018). De acordo com Luria (1992), intervenções instrucionais são essenciais para a promoção de um progresso de aprendizagem que não ocorre de forma espontânea.

A perspectiva de Vygotsky, que destaca a aprendizagem como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano desde o nascimento, evidencia a importância da intervenção intencional de um indivíduo sobre outro para favorecer esse processo. Vale destacar que, para Vygotsky, a aprendizagem tem início muito antes do ingresso na escola, contudo, é na instituição de ensino que os alunos são expostos ao conhecimento formal, que se diferencia do conhecimento do senso comum.

3 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

A instituição familiar é a primeira referência para a criança, e é comum sua manifestação já durante o período de gestação. A participação da família na educação dos filhos é objeto de debate entre professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e outros profissionais da área educacional. A questão é controversa, pois alguns pais acreditam que a educação é limitada ao ambiente escolar (ARIÈS, 2018).

A educação infantil é uma fase essencial no progresso da criança, pois é nesse período que ela inicia a elaboração de seus conhecimentos cognitivos, sociais e emocionais signi-

ficativos e duradouros em sua vida. Assim, a família e a escola têm papéis cruciais na formação da aprendizagem da criança (ARIÈS, 2018).

A família é a primeira responsável pela educação dos filhos e tem papel importante na formação de valores e na construção de uma base afetiva sólida para a criança. Rau (2012) destaca ainda a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos, pois isso contribui para a criação de um ambiente propício ao aprendizado.

Já a escola, segundo Nunes e Silveira (2008), tem o papel de complementar a formação da criança ao oferecer atividades pedagógicas que estimulem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Além disso, a escola deve atuar em parceria com as famílias e buscar integração entre os dois ambientes educativos. Logo, é importante que a família e a escola compreendam que cada criança tem um ritmo próprio de desenvolvimento e aprendizagem, e que é necessário respeitar as individualidades de cada uma delas. Nunes e Silveira (2008) destaca ainda que é fundamental que a escola ofereça um ambiente acolhedor e seguro para as crianças, para que elas se sintam confortáveis e confiantes para aprender. Dessa forma, é possível perceber que a educação infantil é um processo que envolve a família e a escola, e que a parceria entre esses dois ambientes educativos é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. É preciso que ambas as partes se comprometam com a educação da criança, criem um ambiente propício ao aprendizado e respeitem suas individualidades (RAU, 2012).

4 A IMPORTÂNCIA DAS COMPE-TÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A psicologia escolar tem gerado

muita atenção em vários aspectos da formação, especialmente o desenvolvimento de habilidades socioemocionais na dimensão da convivência humana, que é prioridade no processo de formação da educação básica. As instituições escolares devem manter o arcabouço do conhecimento acumulado ao longo da história da civilização e formar pessoas reflexivas, criativas, construtoras de conhecimento, que saibam se relacionar consigo mesmas e com os outros e que contribuam para a construção de um mundo melhor. A melhora do desempenho acadêmico e a vida futura dos alunos podem abrir caminho para o desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação de qualidade (ABED, 2014).

As habilidades socioemocionais são pessoais, e expressas na forma de pensar, sentir e agir ou nas atitudes em relação a si e aos outros, estabelecer metas, tomar decisões e enfrentar situações novas ou adversas. Elas podem ser observadas nos padrões habituais de comportamento e respostas a estímulos pessoais e sociais. Outros exemplos incluem persistência, assertividade, empatia, confiança e curiosidade de aprender. Em 2017, o Ministério da Educação (MEC), aprovado pelo BNCC (Banco Nacional Comum Curricular), incluiu as competências socioemocionais na educação básica e, a partir de 2020, as escolas do país se adequam às novas diretrizes (TEIXEIRA, 2020).

4.1 Uma análise do impacto das relações familiares no desenvolvimento socioemocional da criança

A autorregulação emocional é considerada um elemento central no desenvolvimento e bem-estar das crianças. É uma habilidade complexa influenciada por fatores constitucionais e interacionais, e pode ser alcançada por estratégias adaptativas e desadaptativas. As estratégias adaptativas incluem solução de problemas, busca de apoio

de adultos ou pares, expressão clara de emoções e distração. Já as estratégias desadaptativas envolvem supressão e preocupação. O conceito de estresse também é relevante nesse contexto, pois o estresse pode afetar o desenvolvimento infantil e é definido como a resposta do indivíduo às adversidades, que busca estabilizar processos biológicos internos e preservar a autoestima (CAMARGO et al., 2017).

O estresse pode ser classificado como positivo, quando é moderado e de curto prazo, ou tóxico, quando é crônico. Além disso, o comportamento pró-social também é uma habilidade social importante no desenvolvimento infantil, pois envolve comportamentos em prol do outro. O desenvolvimento socioemocional da criança depende das experiências do ambiente externo, especialmente da família, que é a primeira interação social da criança e influencia suas redes de apoio. A exposição a uma linguagem rica e a criação de uma ligação afetiva com pais e cuidadores também são importantes para o desenvolvimento da linguagem (CAMARGO et al., 2017).

A família é uma instituição em que os membros afetam e são afetados pelo comportamento uns dos outros. Dentro dessa instituição, a criança interage com irmãos e pais, estabelece diferentes tipos de relacionamentos, como cuidador, camarada, crítico, rival e casual. Os principais problemas que podem interferir no desenvolvimento infantil incluem a transição familiar, ambiente hostil e estilos parentais utilizados. Existem quatro tipos de estilos parentais que exercem influência na família.

A comunicação, expressão de sentimentos e estabelecimento de limites são pilares para a interação entre pais e filhos pré-escolares. O estilo participativo, caracterizado pela comunicação aberta e apoio emocional, está relacionado a um melhor rendimento

escolar e comportamento pró-social da criança. A brincadeira precoce no ambiente familiar é considerada um fator de proteção para o desenvolvimento infantil. A coparentalidade, que envolve a divisão de responsabilidades e papéis de liderança entre os pais, têm um impacto no desenvolvimento emocional da criança e no sistema familiar (AUGUSTIN; FRIZZIO, 2015).

Os sentimentos de medo e insegurança são comuns nesse momento, mas diminuem à medida que os pais adquirem experiência. Conforme a criança cresce, os pais precisam se reorganizar para atender às novas demandas do filho, o que pode gerar novamente sentimentos de insegurança. Nesse momento, os pais precisam compartilhar novas responsabilidades. Existem quatro componentes da coparentalidade, como apoio versus depreciação, acordo sobre a educação da criança, divisão do trabalho parental e gerenciamento das interações familiares. O estilo autoritário é caracterizado por uma análise rigorosa e taxativa do comportamento, com repreensão exagerada e pouca comunicação afetiva. O estilo permissivo é caracterizado por um elevado laço afetivo, sem moderação dos desejos do filho. O estilo negligente é caracterizado pela falta total de interesse e interatividade entre pais e filhos (MACANA, 2014).

Em estilos de criação autoritários e permissivos, é comum que as crianças apresentem sintomas de agressividade (externalizantes) e retraimento social, depressão e ansiedade (internalizantes). A violência física está relacionada às experiências de maus-tratos vivenciados na infância do cuidador, e sua gravidade e frequência têm impacto significativo. Quando esse fator é associado ao baixo poder socioeconômico, lares monoparentais e paternidade antes dos 21 anos, o padrão comportamental tende a ser mais prejudicial.

A experiência do evento também é

relevante, pois quando a criança acredita que merece ser tratada de forma violenta, o trauma pode ter uma influência reduzida. Já a violência conjugal se caracteriza pelo uso de força física que causa danos físicos, mentais e morais por parte do parceiro íntimo. Os tipos de violência vivenciados em lares são física, psicológica, sexual e negligência. Os gatilhos da violência podem ser internos, como sentimentos de ciúmes, ou externos, como o uso de álcool e drogas, que muitas vezes são usados como justificativa para esses atos. Os fatores atenuantes da violência podem estar relacionados a características individuais (temperamento, personalidade, autoestima, resiliência, inteligência e sociabilidade) e a ambientais (apoio familiar ou externo (ALVARENGA; WEBER; SILVA, 2016)).

A exposição de crianças à violência conjugal afeta seu estado emocional, levando-os a sentir medo e insegurança. Para as mulheres, que geralmente são as vítimas da violência, essa situação prejudica sua capacidade de regular as emoções, que afeta seus relacionamentos e aumenta o risco de desenvolver doenças, como depressão e ansiedade. Muitas vezes, essas mulheres têm um histórico de maus-tratos durante a infância, o que agrava ainda mais sua dificuldade em regular as emoções e aumentar a probabilidade de repetir esse padrão com seus próprios filhos. O estresse pós-traumático também pode explicar a transmissão intergeracional da violência, em que os pais repetem o sofrimento físico com seus descendentes como uma forma de defesa. O impacto no desenvolvimento psicológico pode afetar permanentemente as habilidades parentais e levar à repetição desse comportamento de forma natural.

A busca obsessiva pela repetição também pode ser explicada pela necessidade inconsciente de reviver e compreender a causa do problema

psicológico para se alcançar a cura do dano emocional (LIMA, 2012). Uma vez que a idade materna é considerada um fator de risco para o desenvolvimento socioemocional das crianças, a gravidez na adolescência traz consigo mudanças psicológicas devido às transformações que ocorrem nesse aspecto e no socioeconômico. Isso resulta em decisões drásticas na vida da mulher, como casamentos precipitados e afastamento de familiares, o que gera insegurança e falta de habilidade para lidar com relacionamentos e o cuidado de uma criança. Sem apoio, isso pode levar a sérios distúrbios no contexto familiar. O abandono do parceiro é mais comum nessa faixa etária, pois geralmente são adolescentes, o que aumenta a responsabilidade da mulher em lidar com a gravidez sem apoio. Essa série de eventos pode levar ao sofrimento psicológico e à manifestação de sintomas físicos (MOREIRA et al., 2008).

Atualmente, o abuso de substâncias é considerado um problema de saúde pública e causa danos como violência doméstica, perda de emprego, rupturas familiares, crimes e até morte, o que afeta o desenvolvimento emocional da criança que vive nesse contexto. As relações familiares também podem ser um gatilho para o início do abuso dessas substâncias. Situações como brigas constantes entre o casal, separação e relações conflituosas com os irmãos podem levar a essa prática. Portanto, pode-se observar que a dependência dessas substâncias pode ser a causa e o efeito, ou seja, os problemas familiares levam os membros a começarem a usar substâncias, que por sua vez, intensifica esses conflitos e leva os outros membros a se tornarem codependentes, e assim afeta e prejudica o lar como um todo. Para cada membro da família viciado em alguma substância química, existem de 4-5 familiares envolvidos nesse problema, direta ou indiretamente

(VASCONCELOS et al., 2015).

Outros aspectos que também afetam o desenvolvimento saudável da criança são situações em famílias com pais solteiros, famílias sociais (pais que convivem juntos) ou situações de transição na estrutura familiar. No final da década de 1980, alguns estudos afirmam que quanto mais transições as crianças experimentam em sua vida familiar, pior é a sua adaptação emocional (PÉREZ; JARDIM, 2015).

As mudanças na estrutura da família, como divórcios, novos casamentos e a entrada de novas figuras de autoridade no lar, podem causar danos às crianças. Isso ocorre porque as crianças e seus pais formam um sistema familiar funcional, e interromper esse sistema pode ser mais prejudicial do que mantê-lo. Os movimentos de parceiros e cônjuges dentro de uma casa podem levar a crises temporárias na criança e afetar seu desenvolvimento socioemocional. Essa instabilidade resultante das transições familiares exige um ajuste emocional que pode ser estressante inicialmente e ter efeitos cumulativos na criança (PÉREZ; JARDIM, 2015).

A transição familiar pode ter efeitos positivos e negativos no aspecto emocional da criança. Enquanto a presença de um novo companheiro para a mãe pode trazer benefícios financeiros e de bem-estar para a família, a resistência da criança em aceitar uma nova figura de autoridade ou a competição por atenção materna podem prejudicar a relação familiar e o desenvolvimento emocional da criança. Estudos mostram que as transições na estrutura familiar têm um impacto mais significativo no desenvolvimento socioemocional das crianças durante a primeira infância, especialmente para crianças de três anos, que são mais propensas a experimentar mais transições no futuro.

Crianças que passam por múltiplas

transições na estrutura familiar podem ter um ajuste emocional mais pobre em comparação com aquelas que vivem em lares estáveis, seja com ambos os pais ou em lares monoparentais. No entanto, essa associação não é necessariamente verdadeira, e os resultados negativos no desenvolvimento infantil podem ser atribuídos também ao comportamento e atributos dos pais (LIMA, 2012). No mesmo contexto, o abandono paterno pode ser considerado uma mudança na dinâmica familiar, o que pode levar à diminuição da autoestima e dificuldade em estabelecer relacionamentos saudáveis, especialmente entre as mulheres. A presença do pai influencia as habilidades sociais, a trajetória profissional, os distúrbios alimentares e o desempenho cognitivo.

O abandono leva as mulheres a procurarem parceiros que assumam o papel de pai e protetor, o que pode resultar em relacionamentos com homens autoritários e dominadores. Famílias estáveis são essenciais para o desenvolvimento adequado das crianças, pois proporcionam estabilidade socioeconômica e incentivam os pais a investirem mais nessas crianças (LIMA, 2012).

Ao ingressar na escola, a criança desenvolve novas expectativas com as relações entre colegas, professores e avaliações. A interação com amigos também permite o compartilhamento de experiências emocionais íntimas, ajudando-os a lidar com sentimentos como raiva, alegria e ansiedade (SQUASSONI et al., 2014).

A comunidade em que a criança vive influencia a reprodução da cultura por meio de suas ações e intervenções. Dessa forma, a subjetividade da criança molda sua própria realidade. O cotidiano dessas crianças que vivem em situações de pobreza também envolve outros microssistemas, como creches, igrejas e outros locais de interação social. No entanto, é no ambiente familiar que as

crianças se sentem seguras com seus pares para estabelecerem seu território. A comunidade também proporciona uma rede de apoio emocional devido à convivência constante com os moradores locais (PÉREZ; JARDIM, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de revisão bibliográfica abordou a importância do desenvolvimento socioemocional infantil, considerando as concepções da infância, o processo de aprendizagem da criança com a participação da família e da escola. Nesse processo, considerou-se as competências socioemocionais, a teoria de L.S. Vygotsky sobre psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, e o impacto das relações familiares no desenvolvimento socioemocional da criança.

Foi ressaltado que a família e a escola desempenham papéis essenciais nesse processo, sendo a família o primeiro ambiente social da criança e exercendo influência considerável, enquanto a escola proporciona convivência e desenvolvimento de habilidades relevantes. A partir dessa compreensão, foi apresentada a base para a realização da pesquisa, destacando a relevância do desenvolvimento socioemocional infantil na formação da criança e sua perspectiva futura. Portanto, ao se considerar a importância do desenvolvimento socioemocional infantil para a formação e perspectiva futura da criança, é essencial que família e escola atuem de forma conjunta na promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Com base na teoria de L. S. Vygotsky e as interações familiares, é possível fortalecer o desenvolvimento social e emocional da criança pela ampliação das suas habilidades e competências para enfrentar os desafios da vida. Nesse contexto, a psicologia desempenha um papel fundamental ao

fornecer embasamento teórico e prático para compreender o desenvolvimento infantil e contribuir para a formulação de estratégias efetivas. Além de capacitar e atualizar os profissionais da área para possível intervenção, visando promover um ambiente saudável e estimulante para o desenvolvimento socioemocional da criança.

Conclui-se, portanto, que este trabalho pode contribuir de maneira efetiva para a ampliação do olhar dos profissionais de psicologia e educação, bem como com a comunidade em geral, sobre a importância das relações e suas implicações no desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, P. A.; WEBER, L. N. D.; SILVA, A. T. B. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. *Rev. Bras. Ter. Comport. Cog.* v. 18, n. 1, jun 2016.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.
- AUGUSTIN, D.; FRIZZO, G. B. A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: Estabilidade e mudança no 1o e 6o Ano de Vida. *Interação Psicol.* Curitiba, v. 19, n. 1, p. 13-24, jan./abr 2015.
- CAMARGO, I. M. L. et al. Resiliência em crianças e adolescentes vítimas de estresse precoce e maus-tratos na infância. *Rev. Eletrônica Saúde Mental*
- Álcool Drog. v. 13, n. 3, p. 156-66, jul.-set. 2017.
- GHIRALDELLI J. R. P. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. *Revista Educação*, v. 26, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3680/2078>>. Acesso em: 15 maio 2023.
- LIMA, A. P. P. Mulheres e o abandono da figura paterna: considerações teórico-clínicas a partir da psicologia analítica. *Estud. psicol. (Campinas)* v. 29, n. 1, out/deze. 2012
- LURIA, A. R. A construção da mente. São Paulo: Ícone. Mader, M. J, 1992. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/LURIA-Alexander-Romanovich-A-Constru%C3%A7%C3%A3o-da-Mente-2.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- MACANA, E. C. O papel da família no desenvolvimento humano: cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais. Tese, UFRGS. Porto. 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109267>>. Acesso em: 07 março 2023.
- MOREIRA, T. M. M. et al. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Rev. Esc. Enferm. USP*, São Paulo, v. 42, n. 2, jun. 2008.
- NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.
- OLIVEIRA, E. Conceito de infância. *Infoescola*. 2021. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/>

conceito-de-infancia/>. Acesso em: 21 maio 2023.

PALANGANA, I. C. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky (A Relevância do Social). São Paulo: Plexus, 1998.

PIOVESAN, J. et al. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. 1. ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RATNER, C. A psicologia sócio-histórica de Vygostky: aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

RAU, M. C. T. D. Educação Infantil. Práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem. Curitiba: Intersaberes,

2012.

TEIXEIRA, A. B. Habilidades socioemocionais na educação: Appris. 1 ed. Curitiba, 2020, 147p.

VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. Trad. Maria da Penha Villa Lobos, São Paulo: Ícone, 2003.